

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA¹

Ricardo José Batista Nogueira²

Resumo

O artigo tem como referência central o Estado territorial e sua abordagem no ensino de Geografia. Apresenta inicialmente as formas de representação simbólica que é o mapa do país e seu significado na construção dos nacionalismos. Posteriormente apresenta exemplos de livros didáticos de Geografia da Venezuela, do México, do Peru e do Brasil, e os discursos sobre a formação territorial de cada um deles, mostrando perdas e ganhos territoriais e as alterações nas fronteiras. Enfim, procura deixar patente que a Geografia tem um papel fundamental na formação dos nacionalismos sendo o livro didático um dos principais veículos para tal difusão.

Palavras chaves: Estado, Geografia, Livro didático, representação nacional

Abstract

The article has as its central reference the territorial State and its approach in the teaching of Geography. It initially presents the forms of symbolic representation that is the map of the country and its meaning in the construction of nationalisms. Subsequently, it presents examples of Geography textbooks from Venezuela, Mexico, Peru and Brazil, and speeches on the territorial formation of each one, showing territorial gains and losses and changes in the borders. Finally, it seeks to show that Geography has a fundamental role in the formation of nationalisms, with the textbook being one of the main vehicles for such diffusion.

Keywords: State, Geography, Textbook, national representation

Introdução

A renovação do pensamento geográfico que começou a ocorrer, de modo geral, na década de 1970, tanto nas universidades como fora dela, permitiu, também, uma mudança substancial no ensino de Geografia nos níveis escolares, assim como nos livros didáticos que dão subsídio aos alunos e professores. O tratamento dado a diversos temas neste material didático – paisagens, regiões, divisão do mundo, Estados-nacionais,

¹. Texto apresentado no III Seminário de Estudos Fronteiriços na UFMS- Corumbá, em 2011.

² Professor titular do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, e-mail: nogueiraricardo@uol.com.br

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Natureza, urbanização, industrialização, agricultura, Meio-ambiente, etc., ganhou novas abordagens, procurando instigar os alunos a pensarem desde o seu mundo mais imediato até outras escalas em nível regional, nacional e global. Pode-se afirmar, com segurança, que já há nas prateleiras das livrarias livros didáticos de Geografia que possibilitam uma boa compreensão do mundo em que vivemos. Creio que aquele ensino enfadonho, mnemônico do qual falava Lacoste (1989), ainda não desapareceu por completo, mas não é mais o mesmo da década de 1970. A “Geografia dos Professores” procura ser outra.

O objetivo aqui proposto será dar mais uma contribuição ao ensino de Geografia, tendo por referência primordial o tema dos Estados-Nacionais, sua formação, sua representação e, principalmente as relações mais imediatas com os países vizinhos, ou seja, a discussão sobre as fronteiras terá um lugar especial neste ensaio.

Neste sentido, o artigo versará sobre as representações espaciais dos Estados, destacando sua formação territorial e conseqüentemente das fronteiras, enfatizando as discussões sobre os conceitos de fronteira, os abalos sofridos por esta, sua resistência ou não a diversos processos, apresentando alguns casos emblemáticos que dão ao ensino de Geografia o papel singular de poder constituir uma consciência nacional.

A REPRESENTAÇÃO DO ESTADO-NACIONAL: O MAPA DO MEU PAÍS

Após alguns anos de debates teóricos em torno do significado da Geografia, sua cientificidade, seu objeto, seus métodos, parece haver um relativo consenso de que caberia a ela compreender as relações instituídas pela sociedade na sua ação sobre a natureza, reconhecendo que isto deixa marcas na paisagem e que também lhes são atribuídos significados simbólicos. Tais marcas transparecem sob variadas formas e podem ser mais densas ou rarefeitas conforme os lugares. Temos, assim, a forte densidade das grandes metrópoles, com os mais diversos tipos de construções e infraestruturas; dos campos cultivados, com as marcas retilíneas das plantações, ou redondas, quando comandadas pelos pivôs centrais de irrigação, pelas diferentes cores dos cultivos, etc.; a malha viária; os grandes objetos como uma hidrelétrica, uma área de extração mineral, etc. É, portanto, a dimensão espacial da sociedade que interessa à Geografia; ou seja, como os diversos grupos sociais, nas suas várias instâncias – cultura, política, economia – expressam-se espacialmente, todos eles podendo ser representados cartograficamente exigindo escalas diferentes.

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Uma das representações cartográficas mais familiares a todo e qualquer grupo social é o mapa dos lugares onde este grupo vive, que pode ser um distrito, município, província, estado ou país. Este último é, sem dúvida, predominante, sendo incorporado como um dos símbolos nacionais e dispostos, apresentados em praticamente todas as instituições públicas dos diversos níveis de governo. Também é comum encontrarmos a representação do mapa do país numa infinidade de objetos de largo uso na sociedade como cadernos escolares, calendários, moedas, agendas e *souvenires* que servem de lembranças ou recordações. Sua moldura, seu contorno, é inconfundível. Reconhecemos de pronto.

Enquanto os objetos geográficos que resultam da materialização do trabalho social e do significado simbólico que cada cultura estabelece a eles exigem um tipo específico de representação cartográfica, na forma de linhas, pontos, áreas, cores, símbolos, ícones, etc., demonstrando a distribuição espacial da população, da rede rodoviária, das indústrias, da agricultura, sobre determinada unidade político-administrativa, a representação cartográfica do país exige apenas o contorno de sua forma, de seus limites, a expressão de suas fronteiras. A representação cartográfica do mapa-múndi político mostra a acomodação, lado a lado, dos países que o compõem, denotando uma naturalidade nos traços que os dividem, ocultando os processos nem sempre pacíficos de acordos territoriais. A imagem de cada país envolve um povo que, regra geral, se reconhece nela. Casa-se, assim, o território do Estado com a nação.

A difusão da imagem do país, ou melhor, do Estado-Nacional, acompanhará a disseminação da produção gráfica e cartográfica. Contudo, é certo que vai ganhar maior expressão com a expansão da escolarização, que encontrou, segundo Vlach (1991), na ideologia do nacionalismo-patriótico o instrumento eficaz para consolidar uma unidade em torno de si. É interessante frisar, porém, que o reconhecimento e a identidade imediata com a representação cartográfica do Estado-nacional não permitem uma compreensão da sua formação territorial, de como chegou a ter aquele contorno, ou seja, de suas fronteiras.

Cada Estado-nacional conta a história de sua formação territorial, sendo este território a expressão de

(...) uma construção militar (um resultado da conquista espacial, que tem que ser reiterada sempre que contestada), e uma construção política (como área de exercício de um poder), mas também uma construção econômica (suporte de estruturas e atividades produtivas) e uma construção jurídica (legitimação

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

internacional), e ainda uma construção ideológica (que fundamenta uma identidade social de base espacial e uma psicologia coletiva) (MORAES, 2002, p. 75).

Esta última construção responde por uma representação que na medida em que assegura um reconhecimento público, termina por se constituir num fator de identidade entre o grupo que compartilha o mesmo território, criando um sentimento de pertencimento.

Tomando cada um destes elementos em separado, podemos compreender que a “construção militar” de um Estado tem como objetivo a manutenção do território, podendo, como decorrência dos conflitos e da atividade bélica, recuar ou expandir sobre outros territórios, alterando limites e se apropriando de recursos diversos, subordinando-o. A construção de fortes, bases militares, implantação de pelotões é a expressão espacial disto. Sua existência é a demonstração da força para assegurar e manter a conquista. A “construção política” exigirá a expansão interna de malhas institucionais que legalizem e tornem evidente o poder do Estado em qualquer ponto do território, em qualquer jurisdição, localidade, para as populações que estão no interior dos seus limites. As normas, leis, as forças nacionais, as construções imponentes dos poderes (Palácio de Versalhes, o Kremlin, o Pentágono, a Casa Branca, o Palácio do Planalto, a Casa Rosada, o Parlamento Inglês, o Palácio de Buckingham, Tribunais e Palácios da Justiça, Pavilhões embandeirados, etc.), as hierarquias de poder resultantes das divisões territoriais, são desdobramentos que procuram consolidar o poder político estatal sobre um território, principalmente para a sociedade que o compõe. Por sua vez, a “construção econômica” pode ser a demonstração materializada de como o Estado participa das atividades produtivas, implantando malhas físicas (vias de circulação, energia, comunicação, etc.) e seus pontos de apoio, articulando as partes componentes de seu território. A “construção jurídica” é decorrência das ações oficiais do Estado junto a outros Estados ou organizações supra estatais para ter reconhecida sua existência no sistema internacional. Por último, enfim, a “construção ideológica” do Estado pauta-se na fundação de uma identidade que pode se utilizar de diversos símbolos, que vão desde referências mitológicas associadas a pessoas, como os heróis em guerra de conquista e seus brasões, ou a elementos da natureza do lugar onde habitam: da flora (uma árvore, uma flor, uma folha), da fauna (uma animal, uma ave), do relevo (uma montanha), o Sol, a Lua, estrelas,

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

etc. Junto a isso, hinos, bandeiras e mapas constituem bases para dar unidade à população de um território.

Se o objetivo dessas construções é a instituição de uma identidade no interior de um território, a consequência inevitável disso é o surgimento de uma alteridade, de uma diferenciação frente a outros grupos ou territórios. Daí as linhas, os limites ou as fronteiras surgirem, nem sempre de modo pacífico, para definir de maneira clara as mais diversas formas de competência de poder territorial. E a cada limite criado a necessidade da construção de uma nova identidade. Na visão do Estado é importante a consolidação de uma identidade territorial para assegurar a própria coesão estatal.

O ESTADO CONTEMPORÂNEO: FIM OU MULTIPLICAÇÃO DE FRONTEIRAS

Tem-se tornado comum o discurso acerca da fragilidade atual dos Estados-nacionais frente às pressões impostas pela economia globalizada, fazendo com que muitos deles não consigam controlar os fluxos internacionais de capitais, de informações, mercadorias, etc. tendo por consequência, segundo alguns, sua soberania ameaçada e suas fronteiras amolecidas. Alguns Estados tem se reunido em blocos econômicos para tentar fazer frente a esses movimentos aliviando suas relações fronteiriças. Certamente influenciado pela lei da seleção natural, Ratzel (*apud* MORAES, 1990), no fim do século XIX, apontava que no futuro haveria um mundo de poucos países em virtude da expansão dos mais fortes e desenvolvidos sobre os menos desenvolvidos. Mais recentemente, Bertrand Badie (1996), acreditando num mundo mais unificado pela economia e pela técnica, anunciou o fim dos territórios como decorrência deste enfraquecimento estatal.

De fato, o processo de globalização da economia tem proporcionado uma maior reflexão a respeito do significado contemporâneo de Estado, Território e de fronteira, gerando interpretações diversas, mas não o desaparecimento deles. O dilema colocado para inúmeros Estados está associado às formas de participação neste mundo que surgiu após o fim da grande fronteira ideológica entre capitalismo e socialismo.

O fim deste muro ideológico apontava como tendência uma maior integração e mesmo homogeneidade e unificação das economias nacionais, visto que o “modo de produção capitalista” passou a ser único. Contudo, o que se viu foi uma explosão de movimentos nacionalistas, cada um buscando definir seus territórios nacionais e

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

constituir novos Estados, pois esta seria a única forma de reconhecimento internacional de minorias que tentam libertar-se de seus Estados. Na verdade, estamos vivendo um grande paradoxo colocado pela própria globalização: quanto mais global é o mundo contemporâneo, maior o número de fronteiras, criadas com o surgimento de novos estados nacionais. O mapa-múndi ainda sofrerá um maior retalhamento nos próximos anos, enchendo de linhas a representação política do planeta.

Isto coloca para o ensino de Geografia um grande desafio que é tentar fazer o aluno compreender este mundo que é ao mesmo tempo mais integrado, por conta da unificação dos processos técnicos-informacionais (eles falam de *pen-drive*, *Mp3*, *Lan-house*, *Windows*, de *Google*, *facebook*, *Hotmail*, etc.), dos meios de comunicação (eles falam dos torneios mundiais de futebol, de fórmula 1, das catástrofes naturais, das guerras, etc.) e dos transportes; porém é também mais dividido, uma vez que os movimentos de autonomia existentes em vários lugares do mundo pautam-se pela distinção frente aos estados envolventes. Estão surgindo novos países, novas fronteiras e novos muros.

Estas divisões permitem trabalhar diversos temas, desde a técnica cartográfica, uma vez que nem todas as divisões podem ser representadas na mesma escala, até a formação dos blocos com inclusão e exclusão de países; migrações e resistência a elas; divisões no interior das cidades (bairros e zonas, pois os alunos estão aí inseridos); divisão cidade-campo; divisão municipal e assim sucessivamente, procurando deixar evidente que estamos a todo instante cruzando ou sendo barrados pelas divisões, limites, fronteiras nas mais diversas escalas.

A fronteira recebeu ao longo dos estudos de Geografia Política uma atenção especial, pois ela termina sendo, de fato, o traço definidor do território estatal, poder jurídico do Estado, do limite de uma nacionalidade, enfim, do reconhecimento identitário de uma população.

As discussões em torno dela não se limitam às características, mas às funções que elas exercem para cada sociedade. Os intensos debates demonstram a carga de sentimento nacional de cada pensador. Enquanto para o alemão Ratzel a fronteira era apenas uma marca temporária de um movimento, dando margem para a elaboração de discursos políticos e justificativas de processos expansionistas, o geógrafo francês Jacques Ancel em 1938 defendia o caráter inviolável das fronteiras, sendo isto a garantia internacional para a manutenção da paz mundial (MARTIN, 1996).

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Dos estudos sobre fronteira emergiram diversas tipologias que procuraram ‘enquadrar’ a imensa variedade de condições históricas de cada sociedade. Neste sentido, o trabalho de Foucher (1992) é exemplar, pois procura dar visibilidade às diferentes formações fronteiriças no mundo, nos diferentes continentes, apontando as condições de definição fronteiriça nas áreas coloniais, a artificialidade dos recortes, as disputas entre impérios nas regiões conquistadas, etc., além de indicar as condições subjetivas de caracterização fronteiriça, quando se refere à antiga fronteira entre as Alemanhas, designando-a como “fronteira triste”, pois dividia povos da mesma nação.

Acontece que o processo de unificação da Alemanha foi uma exceção no conturbado mundo pós queda do muro de Berlim, visto que eliminou, suprimiu, apagou realmente uma fronteira (e derrubou-se, literalmente, um muro). Na verdade, o que assistimos ao longo da década de 1990, foi um longo e doloroso movimento de ressurgimento de Estados-nacionais. Doloroso porque em vários deles o processo não foi pacífico, ao contrário, ficou marcado pelos conflitos étnicos em que o fim da Jugoslávia é caso mais patente. No rastro da “balcanização”, percebe-se ainda uma gama enorme de reivindicações secessionistas pelos mais variados motivos. E isto independe de serem países ricos ou pobres, grandes ou pequenos, democráticos ou autoritários, repúblicas ou monarquias. Ao que tudo indica, o que move esta fragmentação atual são questões associadas às culturas diferenciadas no interior de países e a incapacidade de tolerância e convivência pacífica com o outro. O caso mais recente é a criação de mais um país no continente africano: o Sudão do Sul. Depois, talvez, a Nigéria. O certo é que a Organização das Nações Unidas (ONU) terá que rever, em breve, o número de assentos em seu Conselho. De cinquenta e um países presentes em sua fundação, em 1945, possui hoje cento e noventa e dois membros. Ao contrário do pensamento de Ratzel, parece confirmar-se o pensamento do analista político americano John Nasbith (1999) que prevê um mundo de mil países. Só não ocorre de modo mais rápido, segundo ele, porque os países não são democráticos o suficiente para abrir mão de parcela de território para as minorias que reivindicam autonomia. Esta parece ser, na atual forma de organização política da sociedade, a única maneira de partilhar poder.

Enquanto objeto de reflexão teórica a fronteira permitiu a elaboração de tipologias associadas seja à sua gênese: aos processos históricos de formação e definição dos limites, a existência ou não de povoamento; seja à sua forma: físicas (rios ou

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

montanhas), geométricas (linhas retas, paralelos, ou meridianos), contudo, enquanto lugar concreto, continua a ser vivido pelas populações fronteiriças que estabelecem aí relações próprias ao cotidiano da fronteira; já a percepção de quem está fora da faixa de fronteira, este lugar passa a ser percebido como um lugar em que o controle e a vigilância do Estado deveriam estar presentes, pois é um lugar visto como catalizador de contravenções, onde as diferenças de câmbio de moedas, de preços de mercadorias, de legislações, assegurariam oportunidades às pessoas que tirariam proveito dessas diferenças. Não há notícia na mídia sobre as fronteiras que não seja para descrever situações carregadas de conflitos e ilegalidades. Aceita-se de modo pacífico dizer que o problema está sempre do outro lado da fronteira. Os exemplos são os mais variados, desde as tentativas de latinos em geral para superar o desafio de cruzar a fronteira norte-americana; passando pelo tráfico de drogas ou de armas entrando no Brasil; pelos milhares de “sacoleiros” brasileiros que invadem o Paraguai para “contrabandear” mercadorias; pela deportação de estrangeiros em aeroportos (outra fronteira); até as prisões de migrantes ilegais que chegam à Europa em porões de navios cargueiros. A interpretação da fronteira está intimamente ligada à escala geográfica da observação, e a versão predominante é aquela da escala nacional, e não local.

Em vista dessas situações, alguns países no mundo estão, infelizmente, construindo fronteiras físicas, na forma de muros de concreto para impedir esta pressão vinda de outros lugares. Estes ‘burgos contemporâneos’ que estão cercando seus limites são: Arábia Saudita, que possui valas e muros na fronteira com o Iemen e o Iraque; os Estados Unidos e seu muro na fronteira com o México; na pequena Ilha de Chipre um muro separa as zonas gregas e turcas há mais de trinta anos; o muro entre as Coreias; o muro que Israel está construindo na fronteira com a Cisjordânia; e ainda o muro entre a Índia e Bangladesh. Recentemente a União Européia apoiou a decisão da Grécia em construir um muro na fronteira com a Turquia porque este país estava fracassando no controle da entrada de migrantes para a Europa.

FORMAÇÃO TERRITORIAL E REPRESENTAÇÃO DO ESTADO-NACIONAL

Não resta dúvida de que cabe ao ensino de Geografia e de História apresentar aos alunos, nas séries iniciais do processo de escolarização, a formação histórica e

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

territorial do país em que se vive. Estas disciplinas terminaram se constituindo como responsáveis pela formação do caráter nacional, pois possuem como tarefa, missão, mostrar a evolução da sociedade nacional no tempo – as origens, a periodização, os fatos, os mitos, os heróis, os eventos marcantes de ruptura de processos etc., e no espaço- a formação territorial, a localização, os limites, as diferentes paisagens, a distribuição de atividades no território, etc.

Com o sistema educacional sob controle do Estado, a apresentação da construção da nacionalidade é fundamental para assegurar uma identidade, pois a formação dos estados-nacionais não se deu sem conflitos e sem disputas territoriais. Alguns países foram formados envolvendo grupos com identidades distintas, com a liderança e domínio do grupo majoritário; outros países conseguiram se formar, não sem conflito, em torno de uma única identidade nacional; outros, ainda, tiveram seu território definido a partir de conflitos bélicos que resultaram em perdas ou ganhos territoriais. Daí o significado de como contar a história e a geografia nacionais, mostrando ou não as tensões destes processos e a consolidação das fronteiras do território.

Seguindo este pensamento, apresentamos alguns textos e mapas retirados de livros didáticos de Geografia que, acreditamos, simbolizam bastante o que estamos discutindo aqui acerca da representação do país, e que podem ter significados profundos na formação da identidade da população como o seu território nacional.

Começamos, então, com a Venezuela. Num rápido retrospecto, lembremos que todo o continente americano foi partilhado, entre espanhóis e portugueses a partir do Tratado de Tordesilhas em 1494. Porém, na corrida das conquistas coloniais, Inglaterra, França e Holanda também se apropriam de parcelas de terras na América, sendo as antigas Guianas, os Estados Unidos, Aruba e Curaçao, Martinica e Guadalupe, a expressão disso.

Para ter o controle de um enorme território, as metrópoles promoveram divisões territoriais: do lado português, a instituição de capitânicas hereditárias e do lado espanhol, a instituição de vice-reinado, capitânicas e audiências, desde o México até a Argentina, passando por todas as ilhas do Caribe. Na passagem do século XVIII para o século XIX, se inicia o processo de independência e busca de autonomia. As lideranças crioulas, surgidas ao longo de séculos de colonização, partiram para a constituição de estados seguindo quase os mesmos limites dos vice-reinos da Prata, do Peru, de Nova Granada,

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

da Audiência de Quito, etc. Colômbia e Venezuela são resultados da divisão do Vice-Reino de Nova Granada.

Em 1810 a Venezuela se constitui num novo Estado, seguindo o que correspondia à capitania geral de Venezuela. No livro “Geografia de Venezuela” (Jimenez, Juan e Pottella, Luis), ao apresentar os limites do país, os autores assim se referem: “De una superficie de aproximadamente 1.833.050 km² que tenia Venezuela en 1810, por diversas razones se han perdido 916.350 km² y que nos quedan solamente 916.700 km²” (p.28).

Quando se referem aos pontos cardeais para identificar os limites da Venezuela, assim colocam:

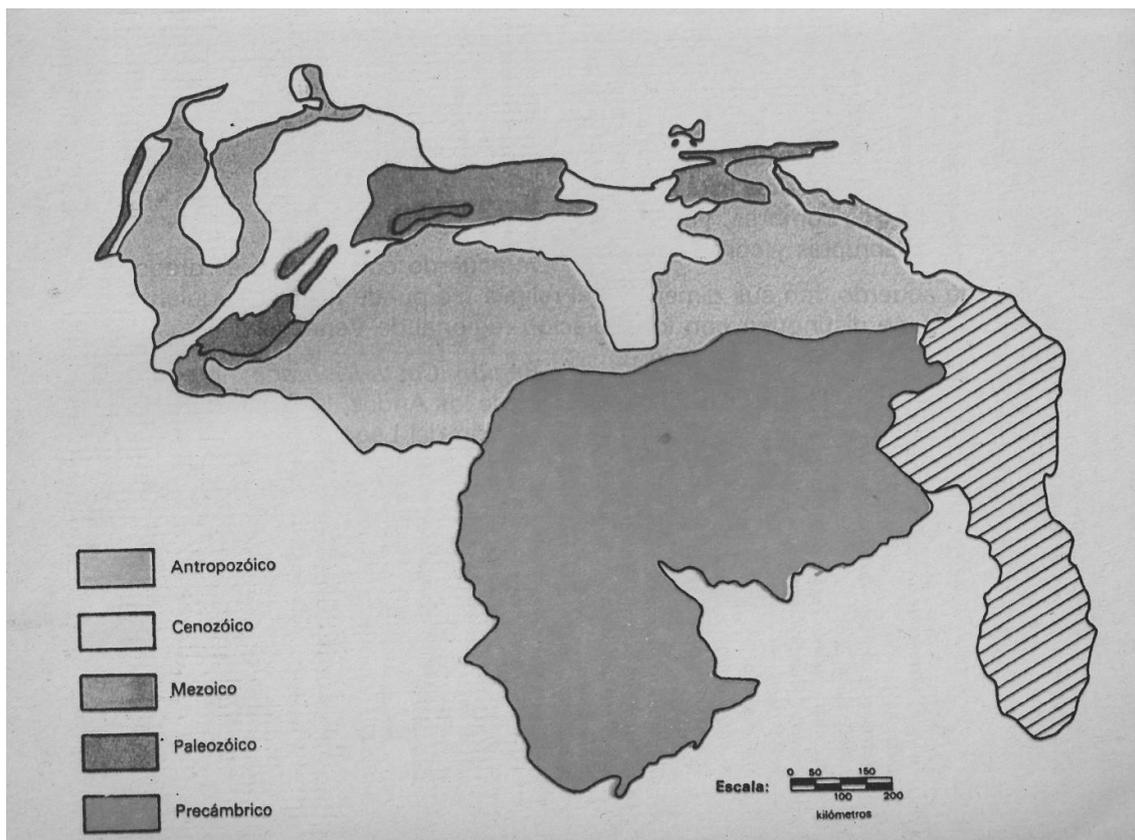
“ESTE: Desde Punta Playa al Roraima tenemos una frontera cuya validez es nula para Venezuela, por estar trazada sobre nuestro próprio territorio. Esta frontera artificial com Guiana tiene una extension de 743 km.”; “OESTE: Tenemos una frontera de 2.050 km com la Republica de Colombia. Debido a la ocupación progresiva de parte del territorio nacional por nuestros vecinos, en la actualidad se extiende desde la Pedra del Cocuy hasta Castillete (antes llegava a Cabo de la Veia, en La Guajira)” (JIMENEZ, 1987).

Os autores concluem o item afirmando: “Es deber del Gobierno Nacional dedicar sus esfuerzos a la recuperación de las partes del territorio de Venezuela ocupadas por otras naciones” (JIMENEZ, 1987).

Descrevendo minuciosamente a fronteira com a Guiana, os autores historiam a invasão dos holandeses e a disputa com piratas ingleses em 1581 pela província espanhola da Guiana, sob governo de Antonio de Berrio. Em 1814, em meio às guerras de emancipação na América espanhola, os ingleses assumem a região e atravessam o rio Essequibo, avançando sobre o território venezuelano, ocupando cerca de 160.000km². Daí em diante, a Venezuela faz sucessivas reclamações junto aos órgãos internacionais (Tribunal de Haia) reivindicando a devolução do território. Assim, todos os mapas da Venezuela apresentam a seguinte representação (Fig. 1).

Figura 1. A zona hachuriada, reclamada pela Venezuela, representa 2/3 da Guiana

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA



Fonte: (JIMENEZ, 1987).

Problemas de fronteira não faltam pelo mundo afora. Talvez depois da fronteira de Israel com a Palestina, a fronteira dos Estados Unidos com o México seja aquela de maior divulgação pelas tentativas de ingresso no “mundo rico”.

Num livro didático editado no México, encontramos referências significativas a respeito de como este país se formou e acumulou perdas territoriais ao longo do século XIX. Apresentando a posição do México no continente americano, os autores, Andrade et alli, informam que o país é o mais setentrional dos países latino-americanos, colocando em contato povos latinos com povos anglo-saxônicos. Em seguida dizem:

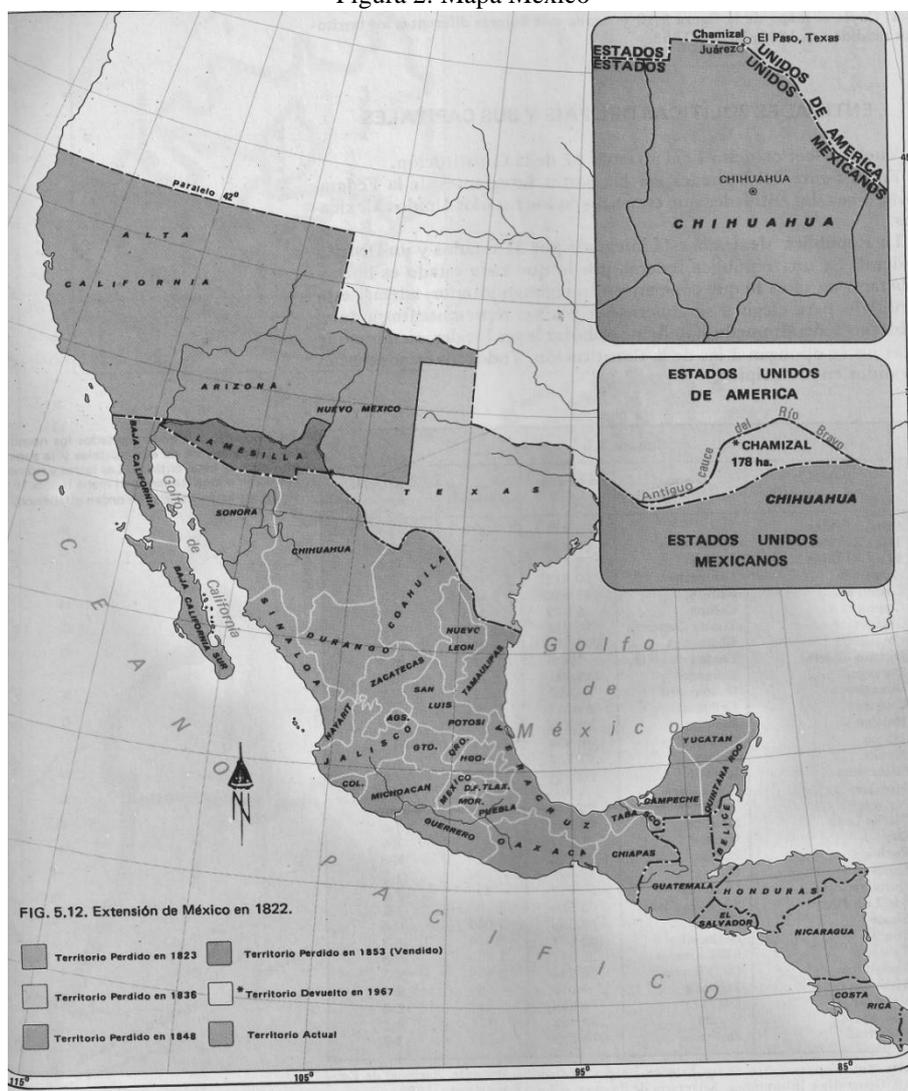
Esta posición y el hecho de que su vecino inmediato sea Estados Unidos de America, la primera potencia mundial, ha creado situaciones difíciles. En el siglo pasado, la política expansionista del poderoso país del norte costó a Mexico la pérdida de más de la mitad de su territorio.”En la actualidad, las relaciones son amistosas y existe intercambios de diversos órdenes (ANDRADE *et alli*. 1988, p. 133).

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Algumas páginas adiante, quando os autores comparam a extensão do México (Fig. 2) com outros países do mundo, o texto mostra a gradativa mudança do território mexicano com perdas tanto ao Norte quanto ao Sul.

“La extension actual del país es menos de la mitad de la que tenía antes de 1848.... Mexico se extendía por sur hasta Costa Rica y por Norte, hasta el paralelo de 42°. En 1823, quando se derrumbó el Imperio de Iturbide, los países centroamericanos se separaron de Mexico... En 1836 Texas se separo de Mexico y em 1845 se unió a los Estados Unidos. Tres años más tarde, despues de una guerra desigual, nuestro país se vio obligado a ceder a los Estados Unidos todo el territorio...que abarca una superficie de 2.200.000 km², o sea, más de la que tiene actualmente” (ANDRADE *et alli.* 1988, p. 140).

Figura 2: Mapa México



Fonte: (ANDRADE *et alli.* 1988).

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

A expressão destas disputas territoriais ao longo da formação das fronteiras nacionais pode ter os mais diversos significados. Para alguns países, o sentimento de perda pode estar adormecido pelo tempo, pela história. Outros, entretanto, podem continuar subsistindo na consciência nacional e conduzir uma nação à guerra, como foi o caso do conflito entre a Argentina e a Inglaterra, em 1982, na disputa pelas ilhas Malvinas – para os argentinos – e Falkland, pelos ingleses. Até hoje os mapas argentinos trazem estampado aquele conjunto de ilhas próximo de seu litoral. Um caso de fronteira extremamente dura ocorre entre o Haiti e a República Dominicana. Este país possui, ao longo de aproximadamente 300 quilômetros de fronteira, um rigoroso controle nas áreas de passagem, pois a longa instabilidade política e econômica do Haiti termina por pressionar a migração para o outro lado. Aqui não há integração fronteiriça. É a negação da condição de cidades-gêmeas (Fig. 3).

Figura 3. Portão sobre a ponte que divide as cidade de Dajabon (R.Dominicana) e (Ouanaminthe Haiti), abertos uma vez na semana para os haitianos adquirirem produtos



Foto do autor, 2007.

Com relação ao Brasil, os livros didáticos, em geral, procuram mostrar aos alunos como o país conseguiu, ao longo do processo de colonização, expandir o seu território até atingir a expressiva marca de 8,5 milhões de km², uma monstruosidade geográfica na expressão de Lysias Rodrigues, estudioso da geopolítica dos anos 1940.

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Praticamente todos os livros apresentam o primeiro mapa – o Tratado de Tordesilhas- e as sucessivas incursões para o interior, ampliando, gradativamente, o espaço territorial sobre as terras espanholas. Com a busca das drogas do sertão na Amazônia, seguindo o curso do rio Amazonas, a ação portuguesa atinge a atual fronteira com a Colômbia; com a expansão das bandeiras, em busca de índios e ouro no sudeste e Centro-Oeste, alarga-se o território na parte central; no Sul, o controle da boca do rio da Prata, leva a colonização portuguesa até a colônia do Sacramento (hoje Uruguai).

Esta é uma verdadeira epopeia colocada nos livros didáticos de Geografia do Brasil, mostrando com entusiasmo a herança deixada pelos portugueses e depois pela consolidação e outras alterações territoriais realizadas pelo Brasil independente. A formação territorial que se dá ao longo do período colonial não trouxe problemas porque o avanço sobre terras espanholas não sofreu contestação, não se realizou sobre o território de um outro estado nacional. Só no final do século XVIII, é que a Espanha procura negociar limites através do Tratado de Madrid (1750) e Tratado de Santo Ildefonso (1777). A formação das fronteiras do Brasil com os nove países que emergem da independência da metrópole espanhola é negociada com cada um deles. O avanço dos seringueiros na Amazônia sobre território boliviano, abalando as relações diplomáticas e resultando na compra do que hoje é o estado do Acre, marca uma expansão vitoriosa, gloriosa. Com a Colômbia, o Brasil teve que esperar a negociação dela como o Peru, para, posteriormente, definir com este as linhas demarcatórias. Portanto, foram avanços, acordos, aquisição e guerra os processos que tornaram o Brasil um “país continente”, e não gigante pela própria natureza. Como visão do vencido é ‘natural’ que esta expansão seja motivo de júbilo na história e na geografia brasileira. Na verdade predomina um silêncio sobre a expansão e há uma exaltação ao negociador Barão do Rio Branco. Todavia, do outro lado da fronteira do Brasil, com o Paraguai (mutilado com a guerra), com a Bolívia e com o Peru, a geografia mostra a ganância territorial de portugueses e brasileiros.

Num livro didático de Geografia do Peru, por exemplo, encontramos referências à formação territorial daquele país e, numa passagem sobre suas fronteiras o autor, Exebio (*apud* NOGUEIRA, 2007) diz:

En la republica, el caudillismo de los primeros años no facilito el desarrollo de medidas geopolíticas. Con Castilla, la visión cambió, aprovecho el espacio geográfico, ocupo la zona periférica del país, salvaguardando para el Peru sus

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

derechos a la Amazonia creando el Departamento del Loreto, explorando se vários rios amazônicos, construyendose el apostadero naval y la factoria naval de Iquitos. Mantuvo una accion previsoras tanto en el aspecto nacional como en el internacional. Estos planteamientos geopolíticos de integración y efectiva ocupación de la periferia no se fueron seguidos por los gobiernos posteriores, determinando junto con crisis económicas frecuentes, la pérdida de 700.000 km², por la acción de vecinos expansivos de habil diplomacia” (p. .30).

Esta reclamação da perda territorial diz respeito a uma extensa faixa de terra que foi conquistada pelos portugueses depois dos tratados de Madrid e Santo Ildefonso, referente ao avanço para o Oeste além da boca do rio Japurá, antigo limite entre as Coroas, até a atual cidade de Tabatinga. O mapa abaixo é reprodução de uma publicação colombiana mostrando também o apetite territorial de portugueses e depois brasileiros.

Figura 4.



Mapa dos territórios disputados entre Portugal e Espanha, e posteriormente entre o Brasil e vizinhos. Fonte: DOMINGUEZ, Camilo. *Amazônia Colombiana*.

*ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA***Considerações finais**

Embora tenhamos destacado uma mudança no ensino de Geografia nas escolas, nos níveis fundamentais, com a renovação e reelaboração de alguns conceitos, são raros aqueles livros que se aventuram em deixar de falar de países para falar de Estados. Afinal, é próprio da Geografia falar dos países. Mais que isso, parece que a ideia de país nos remete a algo pronto, definido, representado no mapa-múndi, enquanto que Estado implica em algo próprio da política, algo que a tradição geográfica não quis aproximação!

Reconhecemos, contudo, que o conceito de Estado não é tao simples para ser apresentado aos estudantes. Daí apresentar a processo de formação do território do país, como ele foi sendo ocupado, alterado, construído ao longo do tempo. Porém esta apresentação pode carregar sentimentos diversos como vimos no caso da Venezuela e do México, tendo o potencial de constituir uma determinada visão da formação territorial. Já a representação cartográfica do continente sulamericano demonstra a imensa massa de terras do Estado brasileiro comprimindo outros países entre ele e o oceano Pacífico. Esta extensão territorial fronteira de mais de 15 mil quilômetros, construída desde o período colonial, apresenta na atualidade uma diversidade de situações, pois o processo de ocupação do Brasil tornou mais densa a fronteira Sul que a fronteira Norte, exigindo interpretações diferenciadas para cada díade. O discurso geográfico sobre as perdas ou ganhos territoriais tem implicações na formação da nação. Assim, o mapa do país terminou por se constituir num forte símbolo de identidade nacional, pois a sua moldura é plenamente reconhecido pelos homens que aí habitam.

A questão é que o sentimento nacional se consolidou muito mais a partir de uma suposta desigualdade entre os povos do que de uma relação de fraternidade entre eles. E é justamente diante destes fatos que a fronteira dos Estados aparece, em geral, como problema, pois é o ponto de contato com o outro. Aqui é que deve ser ressaltado o papel fundamental da Geografia, pois esta disciplina deve nos ensinar, seguindo o pensamento de Kropotkin, desde a mais tenra infância, que somos todos irmãos, independente de nossa nacionalidade; que a Geografia deve ser um meio para anular os estereótipos e criar sentimentos mais dignos e humanos. Num mundo onde a intolerância frente ao outro tem prosperado, caberia a Geografia, enfim, esclarecer sobre a imensa semelhança entre as classes trabalhadores de todas as nacionalidades, reforçando, na mente das crianças, que

ESTADOS-NACIONAIS, FRONTEIRAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

todas as nacionalidades são valiosas umas para as outras e que as fronteiras são relíquias de um passado bárbaro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE *et alli*. *Geografia Uno*. México: Editorial Trillas, 1988.
- BADIE, Bertrand. *O fim dos territórios*. São Paulo. Instituto Piaget, 1996.
- FOUCHER, Michel. *Fronts et frontieres: Un tour du monde geopolitique*. Paris: Fayard, 1992.
- JIMENEZ, Juan; Portllá, Luis. *Geografia de Venezuela*. Caracas: Editorial Monte Alto, 1987.
- KROPOTKIN, P. *O que a Geografia deve ser*. In VESENTINI, J. W. Seleção de textos. São Paulo: AGB- SP e AGB-Nacional, 1987. (Tradução/Artigo)
- LACOSTE, Y. *A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra*. São Paulo, Papyrus Editora, 1989.
- MARTIN, André. *Fronteiras e nações*. São Paulo: 2ª Ed. Contexto, 1994.
- MORAES, Antonio Carlos R. *Território e História no Brasil*. São Paulo, Editora Hucitec: Annablume, 2002.
- MORAES, Antônio Carlos Robert (org.) *RATZEL*. São Paulo, Ed. Ática S/A, 1990.
- NAISBITH, John. *Paradoxo global*. São Paulo. Campus, 1999.
- NOGUEIRA, Ricardo. *Amazonas: A divisão da monstruosidade geográfica*. Manaus: EDUA, 2007.
- VLACH, Vania. *Geografia em Construção*. Belo Horizonte, Editora LÊ, 1991.

Recebido: 14 de outubro de 2020

Aceito: 11 de janeiro de 2020

Publicado: 05 de fevereiro de 2021